

Ativismo Feminista Online: mapeando eixos de atuação

Rayza Sarmiento
Universidade Federal de Viçosa

1 Introdução¹

Os anos recentes testemunharam o florescimento de um novo ativismo feminista no Brasil. A “novidade” reside menos nas pautas – afinal, várias delas já irromperam e demandam solução há décadas – e mais na forma de circulação desses debates, nas estratégias de militância e no fato de suas atrizes se autodenominarem feministas cada vez mais cedo. Essas configurações adicionam elementos importantes aos debates sobre o *fazer feminista* no âmbito dos estudos de gênero. Estes, por sua vez, não podem prescindir das contribuições do campo da internet e política para compreender como o “online” – como *dimensão* de constituição desse ativismo e não apenas mais um *espaço* da militância – alterou significativamente a agência feminista.

Neste texto, buscamos uma sistematização das práticas ativistas feministas digitais, a fim de reunir, em uma espécie de cartografia, os fenômenos práticos e questões de pesquisa que pulsam sobretudo nos campos da Comunicação e da Ciência Política. Este esforço se soma às iniciativas que viemos desenvolvendo, ao longo dos últimos anos, de organizar a produção dos estudos feministas de mídia, conjunto de trabalhos em franca expansão no país (Sarmiento, 2018 e 2020). O aumento evidente dessas preocupações no meio acadêmico muito se deve à forma como a Internet colaborou para a popularização do feminismo nos dias atuais (Banet-Weiser, 2018).

2 Entre “ondas”, “campos” e gerações feministas

Para “contar a história” do movimento feminista, é muito comum recorrer ao recurso analítico das “ondas”, que em geral inicia a partir das lutas sufragistas. A metáfora foi uma forma de explicar como as pautas se alternam e retornam, demandando resolução (Pinto, 2003). Todavia, as ondas também acabaram elegendo temáticas e atrizes principais nessas narrativas, por vezes obscurecendo ativismos periféricos (Hemmings, 2009; Gomes e Sorj, 2014). Embora já tenhamos trabalhado com essa categoria, cada vez mais nos aproximamos de Alvarez (2014), que propõe a ideia de “campos discursivos de ação feminista”, a fim de observar não só centralmente as reivindicações, mas também as atrizes e formas de articulação do *feminismo em movimento*, e não apenas do movimento feminista.

A autora trabalha com três campos discursivos de ação: a) um mais ligado ao centramento do ativismo (anos 1960), b) seguido da pluralização e descentramento dos feminismos (anos 1980 e 1990) e, c) mais recentemente, marcado por construções mais horizontalizadas com uma

¹ Este texto integra pesquisa desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa em Gênero, Comunicação, Democracia e Sociedade (GCODES), contemplada com bolsa PIBIC CNPq, bem como Edital Universal Fapemig (APQ-02821-18) e é parte do projeto interinstitucional “A democracia deliberativa em face da crise da democracia: contribuições, dilemas e trilhas”, financiado pelo Edital Universal do CNPq.

multiplicidade de campos de atuação (“*sidestreaming*”). Esses campos se configuram a partir de elementos como: “1) atoras/es mais ou menos visíveis, hegemônicos, marginalizados; 2) malhas/teias/redes articuladoras; 3) pontos nodais; 4) dimensões verticais, horizontais, e talvez densidade; 5) discursos definidores; 6) lutas interpretativas/conflitos constitutivos; e 7) paradoxos transformadores” (Alvarez, 2014, p. 46).

O campo atual das movimentações feministas tem proximidades com a forma como outros movimentos também vêm sendo (re)construídos. Embora as teorias mais clássicas da ação coletiva (Bringel e Teixeira, 2015; Scherer-Warren, 2014), forneçam bases importantes para a compreensão dessa agência, é notório, como pontua Silva (2010, p. 8), que o próprio termo “movimentos sociais” não dá mais conta de expressar totalmente a “diversidade do tecido associativo brasileiro”.

Nesse sentido, é possível observar como parte desse ativismo utiliza o termo “coletivo” para se autodenominar. Perez e Silva Filho (2017), em revisão sistemática da literatura sobre o termo, sustentam que não há uma categorização única compartilhada do que seriam os “coletivos” (além de quantidade de estudos ainda incipiente), mas é possível defini-los “enquanto formas de mobilização da sociedade civil regidas pelos princípios da horizontalidade, não institucionalidade, temporalidade e auto-organização” (Perez e Silva Filho, 2017, p. 270). Os autores também apontam que boa parte da literatura referente a essa forma de organização está relacionada às reivindicações feministas. Em pesquisa em curso, estamos mapeando no Instagram páginas que se nomeiam como “coletivos feministas”, chegando no momento da escrita deste texto a mais de 50 perfis, em todas as regiões do país, com vários deles ligados às universidades e escolas secundaristas, de forma similar ao que o mapeamento de literatura de Perez e Silva Filho (2017) já apontou.

Os coletivos funcionam com uma perspectiva mais autônoma, trabalham fortemente a comunicação e dimensão estética, com imagens e vídeos como parte integrante desse trabalho de amplificação dos feminismos. Suas estruturas são assim bastante diferentes dos movimentos sociais mais clássicos e sua emergência está bastante ligada ao processo de “abertura societal” (Bringel e Pleyers, 2015) experienciado nos últimos anos, tendo como marco as jornadas de junho de 2013 (Perez, 2019). Assim, Marques e Mendonça (2018) ressaltam a importância de serem observados os processos de subjetivação política e não apenas a construção de uma identidade coletiva mais homogênea ligada a grupos. Eles atentam para como a “desidentificação” também fornece subsídios transformadores para a vivência coletiva. Esses ativismos sem uniformidade, atestam Bringel e Pleyers (2015, p. 11), se ligam a “processos de reelaboração da vivência pessoal”, que incidem de forma mais forte na juventude.

Dessa forma, o ativismo que se expressa em coletivos tem um componente geracional importante nas mais diferentes reivindicações (Bringel e Pleyers, 2015; Facchini, Carmo e Lima, 2020). Para nossa discussão, em particular, é evidente como as mulheres jovens – por vezes, meninas – protagonizam boa parte do feminismo brasileiro atual, especialmente aquele que circula nos espaços ampliados de visibilidade.

O debate geracional é muito caro ao campo acadêmico de gênero no Brasil, e as interpelações sobre o “adultocentrismo” do movimento já foram objeto de importantes pesquisas, com a demarcação da categoria “jovem feminista” de forma mais incisiva a partir dos anos 2000 (Gonçalves e Pinto, 2011). Essas mulheres tensionaram as relações de poder em espaços internos ao movimento feminista, questionando “o nível de participação, a igualdade de participação e de poder decisório quanto a pautas” (Adrião, Toneli e Maluf, 2011, p. 671), além de trazerem preocupações a

partir de outros pontos de vista. Elas ainda reinventaram os espaços de atuação, como analisa Carmo (2019), a partir de etnografia com os “rolês” feministas.

Observando especialmente o ativismo das mulheres negras, Rios e Maciel (2018) demonstram, também a partir dos anos 2000, a configuração das jovens como um sujeito político fundamental, junto de

um período de ampla incorporação de demandas sociais por parte do governo federal, principalmente, que fazem essa geração de ativistas apresentar características muito peculiares: são jovens universitárias que integram o primeiro grupo de estudantes cotistas; são oriundas de vários territórios periféricos ou suburbanos do país; procuram demarcar seu espaço junto ao ativismo de mulheres negras e, conseqüentemente, obter reconhecimento ocupando lugares estratégicos em ambientes como o governamental e o acadêmico (Rios e Maciel, 2018, p. 6).

Essas novas movimentações, inegavelmente, se beneficiaram do uso das novas tecnologias. Não podem ser explicadas apenas por elas, como ressaltam criticamente Rios e Maciel (2018), mas é imprescindível observá-las no contexto contemporâneo. Nesse sentido, a obra organizada por Hollanda (2018) vem adensar essas reflexões ao pôr em diálogo ativistas jovens e mais velhas, atentando para a utilização da Internet.

Sem as mídias sociais, sem dúvida os novos feminismos não teriam alcançado a amplitude que tiveram. Por outro lado, *backlashes*, ou contra-ataques virtuais, se fazem sentir. [...] mas vale insistir: se algum movimento se beneficiou da lógica descentralizada das redes, sem dúvida esse movimento foi a insurreição feminista. A multiplicação de vozes ativas proporcionada pelas redes permitiu um ganho significativo de visibilidade de correntes do feminismo até então pouco amplificadas, como o feminismo negro, trans ou lésbico. As questões mais recorrentes nas redes não diferem muito das pautas das ondas feministas anteriores: violência, assédio, sexualidade, aborto, trabalho, sexismo, padrões compulsórios de beleza e de comportamento. A grande diferença hoje não está apenas na pauta do feminismo jovem, mas no encaminhamento dessas questões através da capacidade multiplicadora e articuladora da internet (Hollanda e Costa, 2018, p. 59-60).

Essas dinâmicas de atuação do ativismo contemporâneo já recebem atenção da imprensa e reflexão por parte das ativistas há algum tempo. Em pesquisa anterior, analisamos 95 anos de cobertura jornalística sobre o feminismo brasileiro (1921 a 2016) e entrevistamos 12 ativistas feministas de diferentes nuances para entender a relação delas com os meios de comunicação (Sarmiento, 2017). O uso massivo das redes sociais na Internet, especialmente Facebook e Twitter, foi pauta da imprensa escrita já no início dos anos de 2010. Na Folha de São Paulo, por exemplo, a Internet passava a ser descrita como uma arena da luta feminista atual, com uma forte dimensão individual. Esse feminismo fragmentado, sem um centro uno, apareceu na “velha mídia” a partir também de suas *hashtags*, mobilizadas nas campanhas virtuais ou nas convocações para ida às ruas. O jornal que, nos anos anteriores de nossa análise, buscava grupos organizados como fontes, assim passou a falar sobre o feminismo:

Enquanto as redes sociais servem de ferramenta de debate e campanhas virtuais para as que se incomodam com o problema – mas não pretendem ser ativistas – há na cidade ao menos cinco cursos e espaços que discutem o feminismo. [...] “Sou feminista porque é o que mais se aproxima das coisas nas quais eu acredito”, diz a ilustradora Evelyn Queiróz, 24, *que não faz parte de nenhum grupo ou movimento*. Há um ano ela publica na internet desenhos de uma personagem que criou. Sob o nome Negahamburger, *Evelyn exerce seu feminismo fazendo retratos de mulheres fora dos padrões* (Mexeu com ela, mexeu comigo, 09/03/2014, Revista São Paulo, p. 25 a 31, grifos nossos. Material impresso coletado em Sarmento, 2017).

Já para ativistas que entrevistamos naquele momento, a internet foi frequentemente citada como um espaço importante nessa interação, especialmente para atingir o público mais jovem – “um ponto fora da curva na mídia brasileira!”, nos disse uma delas. Mesmo sendo preciso “lidar com os *haters*”, a entrevistada acreditava que as redes eram espaços para problematização de questões feministas atuais “que por vezes não ganham espaços nos jornais”.

[...] a internet aparece como um campo vasto para o debate mais plural e honesto, de forma que percebemos, nos últimos anos, que o termo feminista vem sendo cada vez melhor interpretado. Recentemente, uma pesquisa indicou que 40% das jovens se declaram feministas, índice não imaginado para a década de 90, por exemplo. Mas com toda certeza, essa aprovação vem do resultado das ações do movimento feminista no decorrer das décadas passadas, pois foram a partir dessas ações que conquistamos direitos e autonomia refletida na nova geração (Entrevistada 2, em 26/11/2016) (Sarmento, 2017, p. 182).

Diante desse contexto supramencionado, buscamos então compreender os lastros dessa atuação feminista em âmbito online, a partir da observação dos fenômenos práticos, sobretudo inseridos nas pesquisas que estamos conduzindo atualmente, acerca do impacto da Internet nas trajetórias de meninas e mulheres jovens, bem como da popularização do feminismo.

Não nos deteremos em demonstrações empíricas específicas dessas frentes neste texto, optando por cartografar as experiências e estudos acerca do ativismo feminista digital, a fim de oferecer uma fotografia deste recente cenário de atuação política.

Mobilizamos, então, as contribuições da cartografia, como um método para compreensão de um determinado fenômeno social. A escolha de cartografar essas experiências, a partir do que sustentam Barros e Kastrup (2009), advém da necessidade de acompanhar *processos* e não fatos estanques da realidade. O ativismo feminista digital como prática contemporânea e em mutação, pela própria dinâmica das redes, convoca não somente a apreensão do conteúdo disposto nas plataformas ou o discurso disponível por meio de entrevistas com as ativistas (duas técnicas que estamos utilizando), mas requer uma compreensão em termos do percurso histórico e contextual em que essas práticas se desenvolvem. Como pontua Correa (2009, p. 35), “nas ciências humanas, a cartografia diz respeito, basicamente, ao mapeamento de signos, rastreando suas formações, contornos de regiões de produção de sentido”, além das “tensões que divisam e instauram discursos, estratégias de enunciação e toda significação que recorta um tempo e um lugar”. Nesse sentido, e a partir de diferentes frentes, propusemo-nos a olhar as relações, atrizes, modos de agência que

envolvem o ativismo digital das feministas. Segundo Barros e Kastrup (2009, p. 57), “a cartografia não visa isolar o objeto de suas articulações históricas nem de suas conexões com o mundo” e sim “desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente”.

Nossa categorização a seguir se apoia assim em algumas frentes de trabalho: longo acompanhamento da bibliografia de referência com especial atenção para a produção latino-americana; pesquisa histórica anterior sobre o feminismo na imprensa tradicional e seu diálogo com as ativistas; imersão etnográfica em diversos grupos feministas online em plataformas como Facebook, Telegram e Whatsapp nos últimos dois anos; entrevistas com jovens feministas; e acompanhamento de páginas de coletivos feministas no Instagram.

Nosso olhar se volta para essa compreensão conjunta das práticas feministas digitais, que atualizam repertório de ação ativista, recriam fronteiras físicas e simbólicas sobre temas e conceitos, informando um processo de assimilação e negociação do uso da Internet nos campos discursivos de ação feminista (Alvarez, 2014). Se há contextos geográficos, políticos e culturais distantes (e que demandam ser estudados em suas peculiaridades) entre, por exemplo, o Coletivo Feminista Bertha Lutz, no interior do Paraná, as Jovens Feministas de São Paulo capital, a Maré Feminista em Belo Horizonte – só para citar alguns exemplos com páginas em redes sociais – há também uma atuação digital que permite as aproximações que faremos a seguir. Pensar de forma cartográfica a partir do online, ensina-nos Lévy (2008, p. 163), para entender dinâmicas políticas de ocupação de territórios, mesmo os virtuais, é enfrentar o “desafio da “co-espacialidade” (viver nos espaços que se comunicam)” conjugado “ao espírito da contemporaneidade (viver tempos ligados entre si), para a construção política de um ser-junto partilhado”.

3 Feminismos online

Obviamente, não foi apenas o movimento feminista que causou ou sofreu alterações a partir do uso das redes digitais. O estudo das especificidades e transformações do ativismo online em um processo de ampliação de possibilidades democráticas, a partir da perspectiva de grupos previamente existentes ou agrupamentos como aqueles surgidos nas manifestações contemporâneas, tem se constituído como agenda forte (Dahlberg, 2011; Earl e Kimport, 2011; Hands, 2011). Já há produção sistemática identificando como o uso das ferramentas online alterou a dinâmica dessa participação ativista. Possibilidades de construção de atos e organizações a distância, ampliação do debate público a partir da visibilidade em rede, construção de laços de solidariedade e identidade, bem como maior incentivo ao engajamento, sobretudo de setores como a juventude, estão diagnosticados na literatura (Gomes, 2016; Prudêncio, 2020; Valenzuela *et al.*, 2012).

O trabalho de Bennett e Segerberg (2012) é recuperado com bastante intensidade por explicitar condições e características de ações coletivas que não se baseiam em princípios organizadas tão “rígidos” como recursos, redes e identidade coletiva, conforme trabalhou-se durante muito tempo dentro das diferentes teorias dos movimentos sociais. O que eles denominam de uma “lógica da ação conectiva” está mais ligada à personalização do ativismo na arena online, com outras performances políticas. Cardon (2016, p. 298) chama de uma travessia da militância “do nós” ao “eu”, com “um aprofundamento das lógicas de individualização presentes na internet, bem como uma exacerbação da desconfiança em torno das formas organizadas da representação”. É a

contribuição individual, não mais ligada ao que o autor supramencionado denomina de “conteúdos programáticos estáveis”. Essas ações coletivas conectadas têm misturado, com frequência, organizações já politicamente engajadas e também “internautas casuais” (Aldé, 2011; Bennett e Segerberg, 2012).

Buscaremos discutir as características das dinâmicas online que são proeminentes (ainda que não específicas) no ativismo feminista².

Como agenda de pesquisa, podemos falar de um tema crescente na Comunicação e nas Ciências Humanas em geral, com trabalhos se avolumando a partir da segunda metade da década passada (Autor, 2020). Isso não é fortuito. De 2010 para cá aumentaram o número de marchas, coletivos e mobilizações que tiveram a Internet como um elemento fundamental e que passaram a ser objetos de estudos. A busca por teses e dissertações específicas sobre Internet e feminismo no Portal da Capes, em junho de 2020, informava a existência de 31 trabalhos em que essa relação é estudada diretamente, a partir de 2009. Um terço delas estava em programas de Comunicação. Por outro lado, em coleta realizada em julho de 2020, nas duas maiores revistas feministas editadas no país dentro de programas de Ciências Sociais (Estudos Feministas e Cadernos Pagu), com os termos “internet”, “digital” e “online”, encontramos 60 artigos, mas apenas sete deles eram específicos sobre dinâmicas do ativismo político, sendo os demais voltados a debates sobre sociabilidade ou artefatos culturais. Nesse sentido, este artigo também busca somar esforços no tangente à forma como os estudos de gênero têm se voltado para a Internet.

Como mostra o interesse acadêmico e qualquer navegação mesmo sem pretensões científicas no ambiente online, sobretudo com as redes sociais, o feminismo viralizou. Os espaços, objetivos e fenômenos em que podemos perceber a agência feminista online são distintos, mas têm uma principal característica em comum: trazem a público uma série de demandas, fatos, narrativas, histórias antes tidas como de foro privado. A capacidade de coletivizar demandas que pareciam individuais e relacionar tais reivindicações com as dinâmicas desiguais que atravessam a vida das mulheres de forma amplificada e em rede é característica do feminismo em sua face digital (Hollanda, 2018). Há um grande “relato de si” que se espalha e encontra ressonância. “Não é só comigo!”, compartilharam os grupos brasileiros de enfrentamento à violência nos anos 1980 (Gregori, 1993) e compartilham hoje os grupos online.

Essa é uma característica importante ao analisarmos o feminismo digital: as pautas não são necessariamente novas, mas as dinâmicas em que emergem trazem novos desafios, conforme já mostraram Reis e Natansohn (2017), com a identificação das principais *hashtags* feministas produzidas entre os anos de 2015 e 2016. Segundo as autoras, os temas principais dessas campanhas online são relativos à violência (em especial a sexual), à liberdade sexual e à autodeterminação focada na exposição/vivência do próprio corpo. Temas que, nos diz a historiografia feminista, começaram a ser publicizados lá na década de 1970 (Pinto, 2003). Basta lembrar de Fraser

² Optamos por adotar os termos *ativismo feminista online* ou *ativismo feminista digital* e não *ciberfeminismo*, a fim de não circunscrever apenas ao ciberespaço uma prática que tem ressonância fora dele e evitar confusões com a ideia ciberfeminista “original”. O termo ciberfeminismo não surge necessariamente como sinônimo de ativismo feminista na Internet e sim mais próximo da discussão sobre gênero e tecnologia nos termos de Donna Haraway, com discussões sobre intervenções artísticas e biotecnologia. Segundo Wilding (2004), as pesquisas iniciais sobre ciberfeminismo, tendo como precursora a obra de Sadie Plant (“Zeros + Ones: Digital Women + The New Technocultures”, de 1997), recaíam em um “utopismo cibernético”, ao postular que o ciberespaço seria uma arena mais livre e propícia para a igualdade de gênero.

informando que, na chamada segunda onda, as feministas “ampliaram o campo de ação da justiça para incluir assuntos anteriormente privados como sexualidade, serviço doméstico, reprodução e violência contra as mulheres” (Fraser, 2009, p. 18). Seriam apenas velhos problemas em novas plataformas? Talvez não, sobretudo se olharmos a diversidade dos feminismos e as relações de poder da própria narrativa feminista “oficializada”. Se alguns problemas já estavam postos e demandavam resolução, é possível admitir também que a Internet fez ressoar tais problemas por novas vozes. O feminismo negro é exemplar nesse sentido, além de trazer outros debates que não estavam em cena nos anos anteriores, segundo Rios e Maciel (2018).

[...] entre as novíssimas gerações há novas demandas, que eram menos relevantes nas agendas anteriores. Para elas, as reivindicações por debates em torno de temas como afetividade, colorismo, sexualidade e novas formas de cuidado e de apresentação de si (como o debate da fragilidade em contraste com a construção subjetiva da força das mulheres negras, ou mesmo a consolidação do feminismo enquanto status público da identidade coletiva) parecem marcar uma nova guinada nas subjetividades negras contemporâneas, relativamente estranhas e até contrastivas às das duas gerações mais antigas na cena pública (Rios e Maciel, 2018, p. 12).

Nesse sentido, buscaremos então discutir as formas de visualizar o ativismo feminista digital. Essa categorização se inspira no trabalho desenvolvido há uma década por Maia (2008) acerca do papel das redes cívicas online. A autora ali não se preocupava com um movimento social específico, mas com a organização das demandas associativas a partir das práticas estabelecidas em rede, tais como aquelas voltadas à construção de competências para preservação de memória, vigilância do sistema político, produção e conhecimento específico, dentre outros. Tratava-se naquele momento de uma observação mais focada em sites ou fóruns, em uma temporalidade anterior ao alastramento das redes sociais digitais.

Um dos processos diagnosticados por Maia (2008) ligava-se ao entendimento compartilhado, a partir do contato via Internet, acerca de interesses comuns e de “quem somos”. A autora apontava para o fato de que, embora essas práticas por vezes estejam distantes da política institucional, elas com frequência podem “captar a dimensão da experiência e revalorizar habilidades e propriedades de grupos previamente excluídos, agindo como ativos interlocutores para tematizar problemas de forma publicamente convincente” (Maia, 2008, p. 340).

Nosso foco recai então para entender “o que fazem as feministas online” ou quais são as formas de agência desse ativismo marcadamente jovem e conectado?

1) Incidir na plataforma: uma estratégia política

Um primeiro fenômeno a que o ativismo feminista online se relaciona é a discussão acerca da própria *arquitetura da rede*, junto da crítica aos *gaps* de acesso, uso e desenvolvimento das plataformas online. Natansohn (2014) é uma das autoras que vem se dedicando sistematicamente a essa questão. Para ela, é necessário observar a construção da tecnologia a partir de seu viés androcêntrico, sustentando que a “igualdade de gênero em TIC significa usar, mas também programar, manipular, inventar com tecnologia de forma proativa” (Natansohn, 2014, p. 5). Essa

dimensão, para além do uso das interfaces públicas digitais, é o que autora tenta pensar como um “ciberfeminismo 3.0”, a partir da vertente do tecnofeminismo³. Suas discussões também apontam para os problemas de vigilância relacionado aos direitos das mulheres propiciados pelos rastros digitais.

Os debates desta vertente do ativismo feminista se materializam sobretudo em práticas de *hackeamento* da rede. Para Sierra-Castro, de posse do cenário de que a Internet também apresenta desvantagens para as mulheres, não cabe falar de uma estratégia política de “não uso” ou “isolamento”, mas da necessidade de “hackear as estruturas que nos estão oprimindo, reclamar políticas públicas de alfabetização para que as mulheres possam acessar as informações sobre seus direitos” (Sierra-Castro, 2019, p. 95). A subversão das lógicas a partir das comunidades feministas hackers, a capacitação de movimentos e sujeitos feministas para o uso crítico das tecnologias (Plou, 2011) e as micro-resistências cotidianas são apontadas por Natansohn e Paz (2019) como o papel fundamental dessa perspectiva tecnofeminista. Esse veio de agência feminista online parte do pressuposto de que

Tecnologias como a internet são marcadas por suas origens militares, masculinas, brancas, norte-americanas e europeias. As lacunas digitais de gênero, classe, raça, geração – entre outras – na produção, circulação e uso das TIC, violência de gênero nas e pelas mídias digitais, crimes digitais, invasão de privacidade, vigilância, monitoramento e controle dos corpos são todas questões sensíveis ao feminismo, uma vez que as mulheres são as mais afetadas (Natansohn e Paz, 2019, p. 5-6, tradução nossa).

A democratização de acesso, produção e uso de tecnologias digitais para mulheres é discutida por Collado (2008) a partir das notadas diferenças e desvantagens das atividades online desempenhadas em comparação com os homens. Nesse sentido, iniciativas como a mapeada por Lima e Oliveira (2020) – Preta Lab – são fundamentais para a compreensão e enfrentamento dessas brechas digitais, especialmente no caso das mulheres negras brasileiras. Araújo (2018), por sua vez, cita a existência de mais de 40 iniciativas brasileiras femininas que se voltam para os debates e atuação direta na construção de espaços online mais solidários e tecnologicamente mais amigáveis às mulheres, a partir do que chama de construção de uma “ética hacker feminista”. A relação entre o feminismo e as discussões tecnológicas desenvolvidas nesses espaços passam desde a compreensão da estrutura da plataforma, por oficinas sobre segurança e privacidade na rede até a própria reconfiguração dos termos – “algumas palavras, normalmente grafadas como substantivo masculino [...] serão flexionadas para o feminino – servidora, roteadora, computador” (Araújo, 2018, p. 69).

2) Produzir e circular informações a partir de uma perspectiva feminista

O segundo fenômeno entre as mais proeminentes formas (e também mais estudadas) de ativismo feminista digital é o que chamaremos de *construção e disseminação de informação na*

³ De acordo com as autoras: “O tecnofeminismo coloca a lupa sobre como o gênero atua nesse processo sociotécnico: a materialidade da tecnologia favorece ou inibe a ação de sujeitos enredados em relações de poder de gênero, bem como a agência desses sujeitos. Que, a partir dessas relações de poder, afetam em vários formas de concepção e circulação, distribuição, uso e apropriação da tecnologia” (Natansohn e Paz, 2019, p. 4, tradução nossa).

perspectiva feminista e novas narrativas em rede. Se isto já está dado desde os primórdios da imprensa feminista que, de forma engajada, já trazia temas e fontes diferentes da imprensa tradicional (Freitas, 2017; Woitowicz, 2012), percebemos um aumento desse processo nos espaços online (Chen, 2012; Keller, 2012).

Os blogs estão entre as primeiras ferramentas a serem ocupadas nesse sentido, a partir do que Ferreira (2015) entende como “teias político-comunicacionais”, sobretudo a partir das blogagens coletivas. O material produzido pelas “Blogueiras Feministas”, “Blogueiras Negras”, “Escreva Lola Escreva” estão entre os objetos de análise acadêmica. As páginas no Facebook e recentemente os perfis de Instagram também desempenham essa função, junto de veículos feministas digitais como as revistas *Capitolina*, *AzMina* e o portal *Catarinas* (Schander e Bertasso, 2019). Em pesquisa em curso, mapeamos a existência de 54 páginas no Instagram de coletivos feministas em todas as regiões do país. Vários deles nascem em ambientes estudantis e universitários e são entendidos por suas moderadoras como espaço de disseminação de informações feministas, especialmente em contextos mais avessos a essa discussão.

Martinez (2019) buscou traçar um panorama das vertentes feministas online disponíveis em blogs e grupos no Facebook, partindo da questão supracitada acerca das diferenças geracionais. A pesquisa apresenta definições e atrizes ligadas às vertentes dos feminismos marxista, dialético, radical, libertário, liberal, negro e interseccional, disponíveis no grupos. O uso dessas categorias de autodefinição se relacionam diretamente à produção acadêmica feminista, em um contexto de forte retroalimentação e tensões. Os estudos de gênero há muito enfatizam a relação próxima entre teoria e práxis feministas (Costa e Sardenberg, 1994; hooks, 2019), mas é notório como houve uma repercussão e espraiamento dessas compreensões na rede. Mais do que discutir especificidades de cada uma dessas frentes, Martinez (2019) demonstra a pluralização dos discursos a partir das redes online, que renegam – de saída – uma constituição singular do feminismo. Os feminismos online não operam com uma narrativa oficial que foi se pluralizando; emergem plurais. Ainda que possamos discutir a densidade das reflexões ou mesmo da pouca abertura de diálogo entre suas nuances, essa diversidade é um marcador importante do contemporâneo.

As novas narrativas em rede, além das vertentes, também estão relacionadas a demandas de maior de visibilidade de temáticas específicas (maternidade, aborto, saúde da mulher lésbica etc.), bem como a grupos (mulheres negras, indígenas, trabalhadoras) e regiões do país, para além de uma narrativa “sudeste centrada” que acompanha os estudos de gênero e a própria academia feminista brasileira.

A popularização do próprio feminismo como um campo científico também é perceptível. Nas redes, os usos de categorias como “interseccionalidade”, “lugar de fala”, bem como perspectivas epistemológicas sobre decolonialidade, tomam assento. Não acabe aqui uma análise específica desses usos, mas um diagnóstico de que os feminismos estão trazendo novas perspectivas à cena pública, e também internamente ao movimento. Não sem tensões.

A informação produzida nesses espaços articula narrativas biográficas, interpretação de conjuntura e acontecimentos, construção e crítica de conhecimento acadêmico, a partir de reivindicações relacionadas ao enfrentamento da desigualdade entre homens e mulheres e também entre mulheres.

É possível apontar ainda as páginas pessoais de feministas famosas que trazem essas informações a partir da proeminência de uma ativista, acadêmica ou celebridade prévia. A projeção

de pessoas célebres como expoentes dos feminismos, por vezes chamadas de “representantes”, é um dado adicional a essa produção de informação que circula online, não apenas no cenário nacional, a exemplo do estudo de Keller e Ringrose (2015), preocupado com a potência e embates oriundos da constituição do “feminismo de celebridade” e da negociação de sentidos que jovens ativistas fazem com ele. Em uma das frentes da pesquisa que realizamos – as entrevistas com coletivos feministas universitários brasileiros – as páginas de Instagram e perfis de YouTube de mulheres famosas são frequentemente citados como os primeiros conteúdos feministas com os quais as jovens têm contato. Banet-Weiser (2018) aponta como essa relação é marcante nos dias atuais, sobretudo por lançar luz na tensão entre práticas feministas e uma ideia de empoderamento de cunho neoliberal, vinculada mais à ideia de “escolha” e estilo de vida do que à de desigualdades estruturais que precisam ser desconstruídas.

3) Construir solidariedade a partir das relações digitais

O terceiro fenômeno a que nos reportamos diz respeito à *construção de grupos de solidariedade e engajamento feminista* a partir de pautas (aborto, violência, maternidade) ou identidades diversas (mulheres negras, lésbicas, deficientes...). Essa não é necessariamente uma forma de agência específica dos feminismos. Maia (2008) já nomeou de “redes de vigilância e solidariedade a distância” iniciativas similares ocorridas há algumas décadas, mas bastante focadas em movimentos mais estruturados. Agindo de forma mais individualizada e menos coordenada, ainda é possível observar nos grupos online dos feminismos contemporâneos como esses espaços colaboram para “desvelar formas passadas e presentes de poder que limitam ou restringem as chances de vidas dos indivíduos, organizando experiências em narrativas publicamente compreensíveis” (Maia, 2008, p. 337).

Esses grupos, no Facebook, Whatsapp e Telegram, podem ter tanto um caráter duradouro (“Universo Feminista”, “Maternidade Feminista”, “Ginecologia Feminista”) ou mesmo específico para uma ação, que depois pode continuar no tempo, a exemplo do “Mulheres contra Bolsonaro”. Nos processos etnográficos que estamos conduzindo há algum tempo nesses espaços feministas, é interessante observar como tais grupos se estruturam como redes de apoio (ajuda acadêmica, doações, apoio emocional, indicação de trabalho etc.) e também de embates, expondo a partir desse contato digital as intensas diferenças que marcam as vidas e trajetórias das mulheres. Aqui fica ainda mais evidente essa coletivização de experiências que tratamos anteriormente.

Um elemento marcante dessas interações, mais ligado à dimensão da subjetividade política, é o que chamamos do “dar-se conta” – perceber-se como vítima de uma violência passada ou presente, entender-se como oprimida ou privilegiada, construir-se enquanto militante. Bonavitta, Presman e Becerra (2020, p. 118, tradução nossa), com análise específica dos relatos de violência de gênero em um grupo argentino no Facebook, defendem que essa prática “é uma espécie de ação coletiva que se dá a partir do escrache individual virtual, na medida em que atinge outras pessoas e alimenta um discurso capaz de administrar as rejeições sociais do machismo e de seus representantes”.

A respeito do papel pedagógico do ativismo, Tarrow (2009, p. 209) salienta que participar de movimentos “não era apenas politizante; ela dava poder, tanto no sentido psicológico, de dar uma crescente disposição a assumir riscos, como no político, de dar acesso a novas habilidades e

perspectivas ampliadas”. É junto desse aprendizado cotidiano que podemos observar a subjetivação política em um momento de uma multiplicidade do ativismo, a que se referem Marques e Mendonça (2018). Jasper (2016, p. 208) também ressalta que um dos principais impactos da ação coletiva “é sobre a forma como as pessoas veem e se sentem em relação ao mundo, em outras palavras, a criação de uma nova sensibilidade moral”. Embora estejamos falando mais diretamente de mulheres que isoladamente se reúnem em grupos online, duradouros ou não, essa solidariedade, acompanhada de embates, colabora para novos entendimentos acerca das posições que ocupam nas relações sociais.

4) Publicizar demandas por campanhas e *hashtags*

Uma das dimensões do ativismo feminista online mais evidentes nos anos mais recentes é a *construção de campanhas específicas que se materializam em atos de rua e na viralização de hashtags e memes*, estes dois últimos como centrais para compreensão da dimensão discursiva do confronto político contemporâneo (Chagas e Brêtas, 2018). A indexação por meio das *tags* que circulam nas redes sociais tornam ainda mais visível esse transbordamento das questões privadas que viemos falando, a exemplo da *#meuprimeiroassedio*, no contexto brasileiro e a *#metoo* utilizada em diversos países (Dejmanee *et al.*, 2020; Li *et al.*, 2020), em uma dinâmica transnacional. Ou mesmo no episódio das Filipinas, em 2018, quando o presidente afirmou que o próximo *ombudsman* do país não poderia ser uma mulher. Em maio daquele ano, as mulheres filipinas “subiram” a *tag #BabaeAko* (“Eu sou uma mulher”), gerando uma mobilização online de narrativas que contavam também as diferentes profissões assumidas por elas (Alingasa e Ofreneo, 2020).

As *hashtags* apontam para esse processo de descobrir que uma experiência individual está conectada com um processo mais estrutural e desigual para as mulheres (Almeida, 2019; Mendes *et al.*, 2018; Reis e Natansohn, 2017). Elas também expõem novamente as diferenças intragênero, a exemplo da *#euempregadadoméstica* que denunciou inexistências de garantias trabalhistas, jornadas exaustivas e episódios recorrentes de racismo vivido por mulheres negras, a maioria das trabalhadoras domésticas no país. Mais próximas do sistema político, *hashtags* acerca de eleição de mulheres ou de pessoas LGBT também são exemplares dessa atuação, bem como de contraposição a uma candidatura e projeto político conservador, a exemplo do *#elenão*, nas eleições brasileiras de 2018. Banet-Weiser *et al.* (2019) apontam que as *hashtags* são um dos principais elementos para a compreensão do “feminismo popularizado”. Ao se voltarem para as experiências compartilhadas por meio delas, as entrevistadas de Mendes *et al.* (2018, p. 237-239, tradução nossa), enredadas nessas “comunidades de conversação”, apontam a importância das descobertas partilhadas online, sobretudo “para meninas e mulheres que podem não estar familiarizadas com o feminismo como um imperativo pessoal e político”. Entendemos, junto de Alingasa e Ofreneo, que

O feminismo de *hashtag* foi implicado como uma forma de ativismo discursivo, pois agregou histórias individuais de opressão compartilhada em uma voz coletiva que pressionava por transformação social (Baer, 2016). Essa manifestação de uma agenda compartilhada, por meio da convergência de preocupações individuais, é facilitada pela natureza conectiva das *hashtags* (Bernadette Barker-Plummer e David Barker-Plummer, 2017). Sem restrições por membros de grupos formais, as campanhas de *hashtag* funcionam conectando redes sociais fluidas de pessoas com

pensamentos semelhantes por meio de “quadros de ação personalizados” (W. Lance Bennett e Alexandra Segerberg, 2013). Assim, o feminismo hashtag exemplifica a interação do individual e do coletivo à medida que a narrativa conjunta das mulheres avança sua experiência compartilhada de desigualdade sistêmica (Baer, 2016 *apud* Alingasa e Ofreneo, 2020, p. 3, tradução nossa).

Essa viralização também estabelece um processo de pressão na mídia tradicional, dado que ao atingir as conversações online de forma intensa não podem ser ignoradas e se torna pauta do jornalismo e de programas de entretenimento. Os estudos de Mendes *et al.* (2019) trabalham com a ideia de um aprendizado que vai sendo construído de forma online, por mulheres que estão fisicamente distantes, mas que compartilham um engajamento, dividem funções, se transformam com e pelo ativismo, além de vivenciarem o ônus dessa experiência, que discutiremos mais adiante.

Esse elemento do ativismo se liga diretamente à dimensão off-line das interações. Cotidianamente, as feministas também utilizam a Internet para a mobilização de eventos nas ruas. Aqui é visível a contribuição da organização em rede para atos recentes, seja aqueles que se espalharam de forma internacional, como a “Marcha das Vadias” (Tomazetti e Brignol, 2015), os eventos da chamada Primavera Feminista pós-junho de 2013, ou mesmo os que já existiam de forma anterior à mobilização digital, como as Marchas do 8 de março em todo o país⁴.

Para além de um otimismo ingênuo de que confirmações em eventos digitais se convertem em presença física, é interessante entender e acompanhar a estruturação de eventos e a possibilidade de participar destes sem necessariamente fazer parte de uma organização feminista. Ao analisar o ciclo de manifestações recentes no país, Gomes (2016, p. 372) sustenta que são esses “novos formatos de agrupamentos sociais, ou “coletivos””, a partir das facilitações do cenário de hiperconexão, que estão protagonizando os atos, e não mais os atores coletivos mais clássicos. Sem desconsiderar a importância fundamental das tradicionais formas de agência coletiva para o processo de ampliação democrática, é interessante observar esse engajamento em atos por vezes mais individualizado.

5) Enfrentar a violência digital de gênero

Atravessando todas as dimensões acima, como último fenômeno desta sistematização, estão as *experiências de vivência e enfrentamento à violência digital de gênero*. Feministas engajadas em diferentes plataformas ou temas relatam o quanto práticas machistas têm interpelado o ativismo. Mendes *et al.* (2019, p. 13) enumeram, a partir de uma série de estudos, a profusão de termos utilizados – “gendertrolling”, cibersexismo, ciberviolência, assédio sexual online, misoginia online, dentre outros.

O ataque às páginas feministas e manifestações físicas, a pornografia de vingança, a exposição de dados ou informações pessoais das ativistas são parte dessa violência digital de gênero, que se liga a um cenário mais estrutural e histórico de violência contra as mulheres.

Valente e Neris (2019) advogam pelo uso incisivo do termo violência e o não abrandamento desses atos por outros substantivos, reforçando assim que a oposição real/online é ainda mais

⁴ Esses atos, por sua vez, estão longe de passarem invisíveis pela cobertura jornalística, mas recebem enquadramentos que nem sempre privilegiam os objetivos das atrizes que os constroem. No caso específico da Marcha das Vadias, Prudêncio, Rizzotto e Silva (2016) afirmam, a partir da análise de notícias, que não é possível dizer de uma comunicação política efetiva e clara, sendo mais uma expressão de confronto do que de diálogo.

improdutiva quando olhados tais casos. Observando especificamente casos de *revenge porn*, as pesquisadoras afirmam que as mulheres são sempre as maiores vítimas. Além disso, uma série de discursos moralizantes ainda rondam o entendimento desse tipo de violência, tais como os que se ligam à ideia de “melhor prevenir que remediar”. Esse argumento, descrevem Valente e Neris (2019, p. 35) entende que a “vivência dos impulsos sexuais femininos como perigo: se os homens são vistos como desejantes, agressivos, impetuosos, cabe à mulher, nessas representações dominantes, o papel de custodiar o comportamento masculino, não lhe provocando desejos”.

Soto e Sánchez (2019), a partir de entrevistas com ativistas chilenas sobre ataques digitais, sustentam que a violência digital está relacionada aos estereótipos de gênero que circulam amplamente, sobretudo quando relacionado a temáticas acerca da sexualidade narradas em rede pelas mulheres. O anonimato e a relação com projetos políticos conservadores também são citados como elementos importantes para entender esses ataques.

Dialogando com a literatura brasileira sobre o fenômeno da violência de gênero, entendemo-la “conquanto relacional” e “construída em bases hierarquizadas, objetivando-se nas relações entre sujeitos que se inserem desigualmente na estrutura familiar ou societal” (Almeida, 2007, p. 29). Segundo a autora, “enquanto tendencialmente essas relações subjugar a categoria feminina, a violência de gênero produzirá exponencialmente vítimas mulheres” (Almeida, 2007, p. 29). Assim, inscrita no discurso online, mas transbordando para as relações offline ao provocar humilhações e sofrimentos diversos, enfatizar a existência de uma violência digital de gênero nos parece demasiadamente importante. Como sabemos, nomear é um ato político, a exemplo das lutas travadas no Brasil pelas feministas para que a violência doméstica contra as mulheres fosse entendida na mídia tradicional como um problema público e coletivo e o termo fosse amplamente difundido.

4 Considerações finais

Neste texto buscamos agrupar cinco fenômenos relativos ao ativismo feminista online, a fim de oferecer um mapeamento de como a Internet e suas plataformas têm sido utilizadas diante das reivindicações e organizações feministas. Para isso, mobilizamos a literatura clássica e contemporânea acerca do feminismo brasileiro em conjunto com aquela preocupada com as transformações experimentadas pelos movimentos sociais a partir das dinâmicas digitais. O mapeamento cartográfico se voltou para a discussão sobre a) arquitetura da rede; b) a construção de redes de informação e contranarrativa; c) os grupos de engajamento e solidariedade; d) as campanhas visibilizadas principalmente a partir de *hashtags* e e) combate à violência digital de gênero.

Todos esses processos, obviamente, não ocorrem em plataformas ingênuas ou com propósitos político-democráticos progressistas e diretamente articulados às reivindicações feministas. Nesse sentido, é preciso ter em mente, como discute Silveira (2019, p. 19), toda a capitalização imbricada no uso das redes sociais, “que se alimentam de dados pessoais que são tratados e vendidos em amostras com a finalidade de interferir, organizar o consumo e as práticas”. O autor sustenta que esses dados coletados operam uma modulação no comportamento dos sujeitos, gerando a partir dos diversos filtros e bolhas, um “encurtamento do mundo, da condução da visão e na entrega de opções delimitadas” (Silveira, 2019, p. 25). Contudo, mesmo em meio a esse cenário comunicativo, é

possível vislumbrar resistências diretas no uso ou negação das plataformas (como fazem as *hackers* feministas) ou aquelas que, mesmo imbricadas nesses filtros, conseguem viralizar narrativas periféricas e construir engajamentos solidários.

De posse desse quadro dos cinco fenômenos relativos ao ativismo feminista online, é preciso observar também algumas implicações. Ao longo do texto, viemos pontuando que boa parte dessas práticas se dá em um cenário de tensões, seja de violência contra as mulheres, ou mesmo de embates entre as mulheres. A desigualdade intragênero nos parece um ponto fundamental para entender esses processos.

Além disso, é preciso trazer à baila uma série de posicionamentos críticos ao ativismo feminista online, batizado também de “feminismos de *hashtag*”. Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) aproximam tais práticas com o feminismo liberal e suas demandas individualizantes, não coletivas, ao sustentarem que “no mundo das celebridades das mídias sociais”, o feminismo “corre o risco de se tornar uma hashtag do momento e um veículo de autopromoção, menos aplicado a libertar a maioria do que promover a minoria” (Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019, p. 39). Desde os anos 1980, hooks (2019, p. 59) também critica a forma como individualismo liberal permeou o pensamento feminista, sendo categórica ao postular que “o feminismo não é um estilo de vida”, mas um “compromisso político”.

Especialmente no Brasil, Silva (2018) alerta para a necessidade de não cometer apagamentos históricos, dialogando com a expressão do feminismo negro nas redes sociais. Assim, é necessário o “reconhecimento histórico de lugares do fazer político das mulheres negras organizadas anteriormente ao território da política na web, pois existe uma percepção equivocada de que a roda foi inventada agora” (Silva, 2018, p. 252). Em linha similar, Rios e Maciel (2018, p. 14) percebem que, mesmo tendo papéis importantes, as ativistas digitais também “forjam novas formas de ativismo marcadas por likes e seguidores, com pouco ou nenhum espaço para a construção coletiva de base e projetos comuns, exigências para projetos políticos de transformação social”.

O paradoxo entre a visibilidade de um movimento ou pauta a partir da agência nas redes sociais e o alto grau de individualização do ativismo não atravessa apenas os debates feministas. Mas neles, certamente, encontra um complexo foco para reflexões no âmbito da comunicação e política.

Referências

- ADRIÃO, Karla; TONELI, Maria; MALUF, Sônia. O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. *Revista Estudos Feministas*, v. 19, n. 3, p. 661-682, 2011.
- ALDÉ, Alessandra. O internauta casual: notas sobre a circulação da opinião política na internet. *Revista USP*, n. 90, p. 24-41, 2011.
- ALINGASA, Aniceta; OFRENEO, Mira. Fearless, powerful, Filipino: identity positioning in the hashtag activism of #BabaeAko. *Feminist Media Studies*, p.1-17, 2020.

- ALMEIDA, Heloisa. Da vergonha à visibilidade: Feminismo hashtag e violência sexual no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 33, p. 19-41, 2019.
- ALMEIDA, Suely (Org.). *Violência de gênero e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.
- ALVAREZ, Sônia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, n. 43, p. 13-56, 2014.
- ARAÚJO, Daniela. *Feminismo e cultura hacker: intersecções entre política, gênero e tecnologia*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2018.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BANET-WEISER, Sarah. *Empowered*. Popular feminism and popular misogyny. Durham: Duke University Press, 2018.
- BANET-WEISER, Sarah *et al.* Postfeminism, popular feminism and neoliberal feminism? Sarah Banet-Weiser, Rosalind Gill and Catherine Rottenberg in conversation. *Feminist Theory*, n. 21, p. 3-24, 2019.
- BARROS, Laura; KASTRUP, Virginia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo *et al.* (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- BENNETT, Lance; SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action – digital media and the personalization of contentious politics. *Information, communication and society*, v. 15, n. 5, p. 739-768, 2012.
- BONAVITTA, Paola; PRESMAN, Clara; BECERRA, Jeli. Ciberfeminismo. Viejas luchas, nuevas estrategias: el escrache virtual como herramienta de acción y resistencia. *Anagramas Rumbos y Sentidos de la Comunicación*, v. 18, n. 36, p. 159-180, 2020.
- BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013? dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Nueva Sociedad*, n. 259, p. 4-17, 2015.
- BRINGEL, Breno; TEIXEIRA, Marco. Repertórios de ação e repertórios de interpretação. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Ligia (Orgs.). *Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2015.
- CARDON, Dominique. As mobilizações de indivíduos na internet. In: MENDONÇA, Ricardo *et al.* (Orgs.). *Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.
- CARMO, Íris. O rolê feminista: autonomia e política prefigurativa no campo feminista contemporâneo. *Cadernos Pagu*, n. 57, p. 1-42, 2019.
- CHAGAS, Viktor; BRÊTAS, Ana. *Mapeamento e análise de memes e repertórios de ações populares feministas na internet brasileira*. In: Anais do XI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2018.
- CHEN, Yin-Zu. Análisis de los sitios web del movimiento por los derechos sexuales y reproductivos en México. *Revista de Sociología e Cultura*, v. 15, n. 1, p. 87-98, 2012.
- COLLADO, Cecilia. La segunda brecha digital y las mujeres. *Telos: Cuadernos de Comunicación e Innovación*, n. 75, s.p., 2008.

CORREA, Mariele. *Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade*. São Paulo: Ed. UNESP / Cultura Acadêmica, 2009.

COSTA, Ana; SARDENBERG, Cecilia. Teoria e Práxis Feministas na Academia: Os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Revista Estudos Feministas*, número especial, p. 387-400, 1994.

DAHLBERG, Lincoln. Re-constructing digital democracy: An outline of four ‘positions’. *New Media Society*, v. 13, n. 6, p. 855-872, 2011.

DEJMANEE, Tisha *et al.* #MeToo; #HimToo: Popular Feminism and Hashtag Activism in the Kavanaugh Hearings. *International Journal of Communication*, n. 14, p. 3946-3963, 2020.

EARL, Jennifer; KIMPORT, Katrina. *Digitally enabled social change: activism in the Internet age*. Cambridge: MIT Press, 2011.

FACCHINI, Regina *et al.* Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. *Educação & Sociedade*, v. 41, p. 1-22, 2020.

FERREIRA, Carolina. Feminismos web: linha de ação e maneiras de atuação do debate feminista contemporâneo. *Cadernos Pagu*, n. 44, p. 199-228, 2015.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e astúcia da história. *Mediações*, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009.

FREITAS, Viviane. *De qual feminismo estamos falando? Desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2017.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 433-447, 2014.

GOMES, Wilson. “Nós somos a rede social!: o protesto político entre as ruas e as redes. In: MENDONÇA, Ricardo *et al.* (Orgs.). *Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.

GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana. Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro. *Cadernos Pagu*, n. 36, p. 25-46, 2011.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas – um estudo sobre mulheres, relações violentas e práticas feministas*. São Paulo: ANPOCS, 1993.

HANDS, Joss. Mobil(e)sation. In: HANDS, Joss. *@ is for Activism: Dissent, Resistance and Rebellion in a Digital Culture*. London: Pluto Press, 2011.

HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. *Estudos Feministas*, v. 17, n. 1, p. 215-241, 2009.

HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Explosão feminista – arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2018.

HOLLANDA, Heloisa; COSTA, Cristiane. Rede. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Explosão feminista – arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2018.

hooks, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

JASPER, James. *Protesto: uma introdução aos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

KELLER, Jessalynn. Virtual Feminisms. *Information, Communication & Society*, v. 15, n. 3, p. 429-447, 2012.

- KELLER, Jessalynn; RINGROSE, Jessica. 'But then feminism goes out the window!': exploring teenage girls' critical response to celebrity feminism. *Celebrity Studies*, v. 6, n. 1, p. 132-145, 2015.
- LÉVY, Jacques. Uma virada cartográfica? In: ACSELRAD, Henri (Coord). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPPUR, 2008.
- LI, Manyu *et al.* Twitter as a tool for social movement: An analysis of feminist activism on social media communities. *Journal of Community Psychology*, n. 49, p.854-868, 2020.
- LIMA, Dulcilei; OLIVEIRA, Taís. Negras in tech: apropriação de tecnologias por mulheres negras como estratégias de resistência. *Cadernos Pagu*, n. 59, p. 1-33, 2020.
- MAIA, Rousiley. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.
- MARQUES, Angela; MENDONÇA, Ricardo. A política como (des)construção de sujeitos: desencaixes e rearticulações identitárias em protestos multitudinários contemporâneos. *Galáxia*, n. 37, p. 41-54, 2018.
- MARTINEZ, Fabiana. Feminismos em movimento no ciberespaço. *Cadernos Pagu*, n. 56, p. 1-34, 2019.
- MENDES, Kaitlynn *et al.* *Digital Feminist Activism*. Girls and women fight back against rape culture. Oxford: Oxford Press, 2019.
- MENDES, Kaitlynn *et al.* #MeToo and the promise and pitfalls of challenging rape culture through digital feminist activism. *European Journal of Women's Studies*, v. 25, n. 2, p. 236-246, 2018.
- NATANSOHN, Graciela. *Por una agenda feminista para internet y las comunicaciones digitales*. In: Anais do III Encuentro Mujer y Sociedad, 2019.
- NATANSOHN, Graciela; PAZ, Monica. Ciberfeminismos contemporâneos, entre usos y apropiaciones. *Cadernos Pagu*, n. 56, p. 1-29, 2019.
- PEREZ, Olivia. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública*, v. 25, n. 3, p. 258-256, 2019.
- PEREZ, Olivia; SILVA FILHO, Alberto. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. *Latitude*, v. 11, n. 1, p. 255-294, 2017.
- PINTO, Celi. *Uma História do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PLOU, Dafne. Género y tecnología. Capacitación para el activismo de las mujeres. *Revista Icono*, v. 9, n. 1, p. 110-128, 2011.
- PRUDENCIO, Kelly; RIZZOTTO, Carla; SILVA, Michele. Muita cena e pouca comunicação política? A Marcha das Vadias nos portais de notícias e a questão do reconhecimento. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 13, n. 1, p. 89-102, 2016.
- PRUDÊNCIO, Kelly. Entre a cruz e a caldeirinha: ativismo digital e os limites para o debate público. In: FARIAS, Luis A.; LEMOS, Else; REBECHI, Claudia N. (Orgs.). *Opinião pública, comunicação e organizações: convergências e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Abrapcorp, 2020.
- REIS, Josemira; NATANSOHN, Graciela. Com quantas hashtags se constrói um movimento? O que nos diz a Primavera Feminista brasileira. *Tríade*, v. 5, n. 10, p. 113-130, 2017.
- RIOS, Flavia; MACIEL, Regimeire. Feminismo negro em três tempos. *Labrys*, p. 1-18, 2018.

SARMENTO, Rayza. Mídia, gênero e política: um balanço das pesquisas nacionais. In: MIGUEL, Luis Felipe; BALLESTRIN, Luciana (Orgs.). *Teoria e política feminista: contribuições ao debate sobre gênero no Brasil*. Porto Alegre: Zouk Editora, 2020.

SARMENTO, Rayza. Estudos feministas de mídia e política: uma visão geral. *BIB*, n. 87, p. 181-202, 2018.

SARMENTO, Rayza. *Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

SCHANDER, Gabriela; BERTASSO, Daiane. Revista AzMina e o jornalismo como forma de conhecimento. *Revista Pauta Geral*, v. 6, n. 2, p. 35-52, 2019.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2014.

SIERRA-CASTRO, Hedme. Estado de vigilância: el patriarcado contraataca. In: NATANSOHN, Graciela; ROVETTO, Florencia (Orgs.). *Internet e feminismos*. Salvador: Edufba, 2019.

SILVA, Cidinha da. Feminismo negro – de onde viemos: aproximações de uma memória. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). *Explosão feminista – arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2018.

SILVA, Marcelo. De volta aos movimentos sociais? – Reflexões a partir da literatura brasileira recente. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 46, n. 1 p. 2-9, 2010.

SILVEIRA, Sérgio. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. *PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM*, v. 3, n. 6, p. 17-26, 2019.

SOTO, Cecilia; SÁNCHEZ, Karen. Violencia en Internet contra feministas y otras activistas chilenas. *Revista Estudios Feministas*, v. 27, n. 3, p. 1-13, 2019.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento*. São Paulo: Vozes, 2009.

TOMAZETTI, Taina.; BRIGNOL, Liliane. A Marcha das Vadias e o fenômeno do feminismo comunicacional: usos sociais do Facebook na construção de políticas de identidade de gênero na sociedade em rede. *Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación*, n. 11, p. 26-54, 2015.

VALENTE, Mariana; NERIS, Natália. Para falar de violência de gênero na internet: uma proposta teórica e metodológica. In: NATANSOHN, Graciela; ROVETTO, Florencia. *Internet e feminismos*. Salvador: Edufba, 2019.

VALENZUELA, Sebastián *et al.* The Social Media Basis of Youth Protest Behavior: The Case of Chile. *Journal of Communication*, v. 62, n. 2, p. 299-314, 2012.

WILDING, Faith. Dónde está el feminismo en El ciberfeminis? *Lectora*, n. 10, p.141-151, 2004.

WOITOWICZ, Karina. Imprensa feminista no contexto das lutas das mulheres: ativismo midiático, cidadania e novas formas de resistência. *Ação Midiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura*, n. 2, p. 1-18, 2012.

Artigo recebido em: Dezembro/2020

Aprovado em: Abril/2021

Rayza Sarmiento (rayzasarmiento@gmail.com) é Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, Professora Adjunta da Universidade Federal de Viçosa.

Ativismo Feminista Online: mapeando eixos de atuação

Resumo: Este texto busca sistematizar as formas da agência feminista online, entendendo-as como expressão dos feminismos contemporâneos, sobretudo vinculados à experiência de mulheres jovens. Exploramos os fenômenos práticos e os estudos voltados para cinco dimensões, como forma de compreensão mais sistematizada dos elementos e processos políticos e discursivos ligados ao ativismo feminista digital: a) aquele relativo à arquitetura da rede; b) a construção de redes de informação e contranarrativa; c) os grupos de engajamento e solidariedade; d) as campanhas visibilizadas principalmente a partir de *hashtags* e e) combate à violência digital de gênero.

Palavras-chave: Feminismo; Ativismo Online; Gênero.

Online Feminist Activism: mapping action axes

Abstract: This text seeks to systematize the forms of online feminist agency, understanding them as an expression of contemporary feminisms, especially linked to the experience of young women. We explored practical phenomena and studies focused on five dimensions, as a way of understanding more systematically the political and discursive elements and processes linked to digital feminist activism: a) the one related to network architecture; b) the construction of information and counter-narrative networks; c) the engagement and solidarity groups; d) campaigns viewed mainly from hashtags and e) combating gender-based digital violence.

Keywords: Feminism; Online Activism; Gender.